

O TAMANHO IMPORTA?

O desafio da transparência da pesca nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Mensagens-chave:

- 1** A transparência tem uma importância elevada para a gestão da pesca nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), devido aos seus altos níveis de dependência da pesca, à propriedade de vastas áreas do oceano e à crescente atenção internacional para o “crescimento azul”.
- 2** Ao mesmo tempo, os SIDS enfrentam barreiras consideráveis para uma gestão pesqueira eficaz e transparente, dadas as suas especificidades biológicas e culturais, bem como as suas vulnerabilidades económicas e ambientais. Um desafio fundamental é abordar as lacunas de informação, particularmente sobre a pesca costeira de pequena escala.
- 3** As opiniões divergem sobre se as características distintivas dos SIDS são favoráveis à democracia deliberativa. No entanto, pode haver desafios políticos que dificultam as reformas do governo aberto nos SIDS, decorrentes do clientelismo, um cenário fraco de media e sociedade civil e desigualdades de género.

Edição #8



Introdução

“Juntamente com nossas zonas económicas exclusivas, as áreas da superfície terrestre que a maioria de nossos países ocupa não podem mais ser chamadas de pequenas. Nesse sentido, Kiribati, os Estados Federados da Micronésia e a Polinésia Francesa, por exemplo, estão entre os maiores países do mundo... Nenhum povo na Terra é mais adequado para ser guardião do maior oceano do mundo do que aqueles que o abrigam há gerações. Nosso papel na proteção e desenvolvimento de nosso oceano não é tarefa fácil; é nada menos que uma grande contribuição para o bem-estar da humanidade.”

Epeli Hau'ofa²

Dependendo da definição usada, existem pelo menos 30 nações soberanas localizadas em mares tropicais que são geralmente chamadas de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Conforme o lamento de Epeli Hau'ofa, SIDS representam algo notável. Embora tenham poucos habitantes – muitos têm populações totais que equivalem a pequenas cidades ou mesmo vilarejos na Europa – eles possuem vastas áreas do oceano. Isso inclui a maioria dos recifes de corais tropicais do mundo e alguns dos pesqueiros mais produtivos. Os SIDS são, portanto, guardiões proeminentes do nosso planeta azul. Ao mesmo tempo, os SIDS também enfrentam a ameaça mais imediata e existencial do colapso climático.

Como parte de nossa série explorando a transparência na gestão da pesca³, este tBrief examina dois temas abrangentes pelos SIDS:

- 1) Por que a transparência na gestão pesqueira é tão importante para os SIDS de uma perspectiva internacional e, mais importante, para seus cidadãos?**
- 2) As características únicas dos SIDS, incluindo suas vulnerabilidades económica e ambientais, influenciam sua capacidade de implementar reformas de governo aberto?**

Questionar como o acesso público às informações sobre pesca pode funcionar nos SIDS também é importante porque os próprios SIDS se comprometeram a fortalecer a transparência por meio de vários acordos regionais de pesca. Estes incluem o [Third Strategic Plan \(2022–2030\) of the Caribbean Regional Fisheries Mechanism](#), o [Noumea Strategy](#) no Pacífico (com o título “A new song for coastal fisheries”), e mais recentemente, durante o 7º Encontro dos Ministros responsáveis pelas Pescas e Aquicultura do [OACPS](#) no Gana (5–8 Abril de 2022). Mas os detalhes sobre como a transparência na gestão da pesca será alcançada são vagos e as dificuldades envolvidas podem ser subestimadas. O nosso Brief visa ajudar a levar o debate mais adiante.

| | |
|---|----|
| Introdução | 2 |
| 1. Os SIDS carecem de transparência nas pescas? | 3 |
| 2. Definindo SIDS | 5 |
| 3. Características Sociais e Económicas dos SIDS | 7 |
| 4. Por que a transparência da pesca é tão importante para os SIDS | 10 |
| 5. Os SIDS enfrentam vantagens/desvantagens únicas para alcançar a transparência em suas pescarias?? | 16 |
| Conclusão | 26 |

1 As ideias, opiniões e comentários neste tBrief são de inteira responsabilidade da FITI e não representam ou refletem necessariamente a política da Irish Aid.

2 Hau'ofa, E. (1993) 'Our Sea of Islands'. In: *A New Oceania: Rediscovering Our Sea of Islands*, E. Waddell, V. Naidu, and E. Hau'ofa (eds), 2–16. Suva, Fiji: School of Social and Economic Development, University of the South Pacific.

3 Em nossa série tBrief, nos concentramos na abordagem de transparência adotada no Padrão FITI, que se destina principalmente a apoiar a governança participativa (em oposição a outras iniciativas de transparência pesqueira que se concentram no combate à pesca ilegal ou na rastreabilidade de produtos do mar).

1. Os SIDS carecem de transparência nas pescas?

O tema deste tBrief seria estranho se os SIDS já tivessem excelentes níveis de transparência e governança participativa em seus setores pesqueiros. Infelizmente, uma análise abrangente sobre isso ainda está para ser feita, e uma revisão completa das práticas atuais está além da abrangência deste tBrief.⁴ A pesquisa sobre os níveis de transparência do governo para SIDS, em geral, é bastante limitada. As organizações que compilam dados económicos, sociais e de governança para os países muitas vezes não incluem os SIDS em suas listas de países ou apenas recentemente começaram a incluí-los. Por exemplo, o [Open Data Barometer \(ODB\)](#), que fornece uma análise detalhada e útil sobre o governo aberto em todo o mundo, inclui vários SIDS do Caribe, mas quase nenhum SIDS da região do Pacífico. Dos atuais 76 países membros do [Open Government Partnership \(OGP\)](#), apenas cinco são SIDS.

Na ausência de dados mais amplos, vários exemplos sugerem, no entanto, que a transparência da pesca está aquém do que deveria estar em muitos SIDS.

No Caribe, a Secretaria do Mecanismo Regional de Pesca do Caribe recolhe dados dos Estados membros e os publica em seu site. Isso ajuda a melhorar o conhecimento sobre questões relacionadas as pescas em toda a região. No entanto, o seu mais recente [statistical report for 2020](#) descreve muitas lacunas de informação, e questiona a fiabilidade dos dados. Outra avaliação recente da colaboração regional na gestão da pesca no Caribe constatou que “uma ausência de dados e informações, seja devido à indisponibilidade ou inacessibilidade, teve o “efeito dominó” de influenciar todos as outras etapas do ciclo político. Mesmo quando os dados estavam disponíveis e acessíveis, havia a percepção de evitar decisões baseadas em evidências.⁵

Da mesma forma, estudos para as **ilhas do Pacífico** pela Secretaria da Comunidade do Pacífico (SPC) mostram que os dados do governo em muitos aspetos da pesca são irregulares, particularmente na pesca costeira e no envolvimento das mulheres no setor. Em resposta à Estratégia de Noumea, os membros do SPC lançaram um sistema inovador de “boletim” sobre a pesca costeira, que – embora seja um passo positivo para melhorar a transparência – confirma extensas lacunas nos dados do governo. As coisas melhoraram muito ao longo dos anos sobre os relatórios do governo para a pesca industrial de atum, mas os relatórios regionais emitidos pelo **Pacific Islands Forum Fisheries Agency (FFA)** – uma organização intergovernamental que atende 17 países e territórios das Ilhas do Pacífico – descrevem que alguns governos não estão compartilhando informações sobre coisas como receitas de licenças.⁶ Mais uma vez, isso está de acordo com observações mais amplas, pois uma análise do governo aberto nas ilhas do Pacífico identificou que “em geral, os estados insulares têm se concentrado até agora em hardware e conectividade, e ainda precisam esclarecer suas metas de tecnologia da informação e comunicação ou estabelecer mecanismos de governo como um todo, bem assim articular uma visão para o governo eletrônico.



-
- 4 Como fica evidente em nosso [“TAKING STOCK” transparency assessments](#), uma pesquisa aprofundada sobre o nível de transparência da pesca de um país é um exercício demorado, quando feito de forma eficaz.
- 5 Fanning, L. et al. (2021) [‘Challenges to Implementing Regional Ocean Governance in the Wider Caribbean Region’](#), *Frontiers in Marine Science*, 8.
- 6 Pacific Islands Forum Fisheries Agency (2020) [‘Economic and Development Indicators and Statistics: Tuna Fisheries of the Western and Central Pacific Ocean’](#).

O TAMANHO IMPORTA?

O desafio da transparência da pesca nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

1. Os SIDS carecem de transparência nas pescas?

Embora as respostas variem entre os estados, muitas organizações governamentais são cautelosas ao compartilhar informações entre si e ainda menos dispostas a compartilhá-las com o público, de modo que muitas análises de programas e projetos organizacionais permanecem como documentos internos”.



Quando se trata de *SIDS africanos*, as Seychelles estão implementando a FiTI e já aumentaram significativamente a disponibilidade pública de informações sobre pesca, publicando vários *FiTI Reports*. Cabo Verde pretende publicar o seu primeiro Relatório FiTI até ao final de 2023, enquanto São Tomé e Príncipe assumiu o compromisso público de aumentar a transparência das pescas através do FiTI. Para outros SIDS africanos, o quadro é menos encorajador. A FiTI recentemente empreendeu uma profunda *'TAKING STOCK' assessments* para Comores, Maurício e São Tomé e Príncipe, destacando áreas consideráveis para melhoria.



7 Hassall, G. (2018) 'Special Issue on Public Sector Enhancement in Pacific Island States', *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 40(4), DOI: 10.1080/23276665.2018.1553276.

2. Definindo SIDS

O conceito de SIDS foi formalizado na primeira Cimeira da Terra das Nações Unidas, no Rio em 1992. Antes desse evento, os países formavam o *Alliance of Small Island States (AOSIS)* para fazer campanha por um acordo internacional que reconheça seus desafios únicos para alcançar o desenvolvimento sustentável. Eles tiveram sucesso. Dois anos depois, a ONU realizou a primeira “Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares”, que produziu o Programa de Ação de Barbados. Isso foi revisto e atualizado duas vezes desde então, com a última conferência global ocorrendo em 2014, levando ao *SAMOA Pathway Agreement*. A AOSIS continua a servir como um importante órgão de lobby para SIDS em fóruns internacionais.



Não há, no entanto, uma definição internacionalmente aceita do que constitui um pequeno estado insular em desenvolvimento. Em fóruns e iniciativas internacionais, incluindo aquelas conduzidas sob os auspícios da ONU, os países se identificam como um pequeno estado insular em desenvolvimento, em vez de terem de atender a critérios específicos. Algumas organizações internacionais têm seus próprios critérios subjetivos. Conseqüentemente, a lista de países classificados como SIDS varia, dependendo da sua fonte. O número de estados soberanos reconhecidos como SIDS pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é menor (31) do que os reconhecidos pela ONU (37).

O resultado é confuso. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, lançou um programa específico para abordar os impactos na saúde da crise climática nos SIDS africanos. Madagáscar é um país recetor. A União Africana também está apoiando o estabelecimento de uma plataforma africana de pesca para os SIDS, que novamente inclui Madagáscar. No entanto, Madagáscar – a quarta maior ilha do mundo, com uma população de mais de 30 milhões de pessoas – não é reconhecida como SIDS pelo Banco Mundial ou pela ONU: portanto, não é elegível para assistência financeira por meio do Fundo de Adaptação Climática do *Global Environment Facility* para os SIDS.

Tabela 1: Lista dos 39 Estados Membros do AOSIS (até fevereiro de 2023)

| Caraíbas | Pacífico | África, Oceano Índico e Mares do Sul da China (AIS) |
|---|---|--|
|  Antígua e Barbuda |  Ilhas Cook |  Cabo Verde |
|  Bahamas |  Estados Federados da Micronésia |  Ilhas Comores |
|  Barbados |  Fiji |  Guiné-Bissau |
|  Belize |  Kiribati |  Maldivas |
|  Cuba |  Nauru |  Maurícias |
|  Dominica |  Niue |  São Tomé e Príncipe |
|  República Dominicana |  Palau |  Seychelles |
|  Granada |  Papua Nova Guiné |  Singapura |
|  Guiana |  República das ilhas Marshall |  Timor-Leste |
|  Haiti |  Samoa | |
|  Jamaica |  Ilhas Salomão | |
|  São Cristóvão e Nevis |  Tonga | |
|  São Lúcia |  Tuvalu | |
|  São Vicente e Granadinas |  Vanuatu | |
|  Suriname | | |
|  Trinidad e Tobago | | |



O rótulo de SIDS abrange, portanto, uma ampla gama de países com características diversas, incluindo países que:

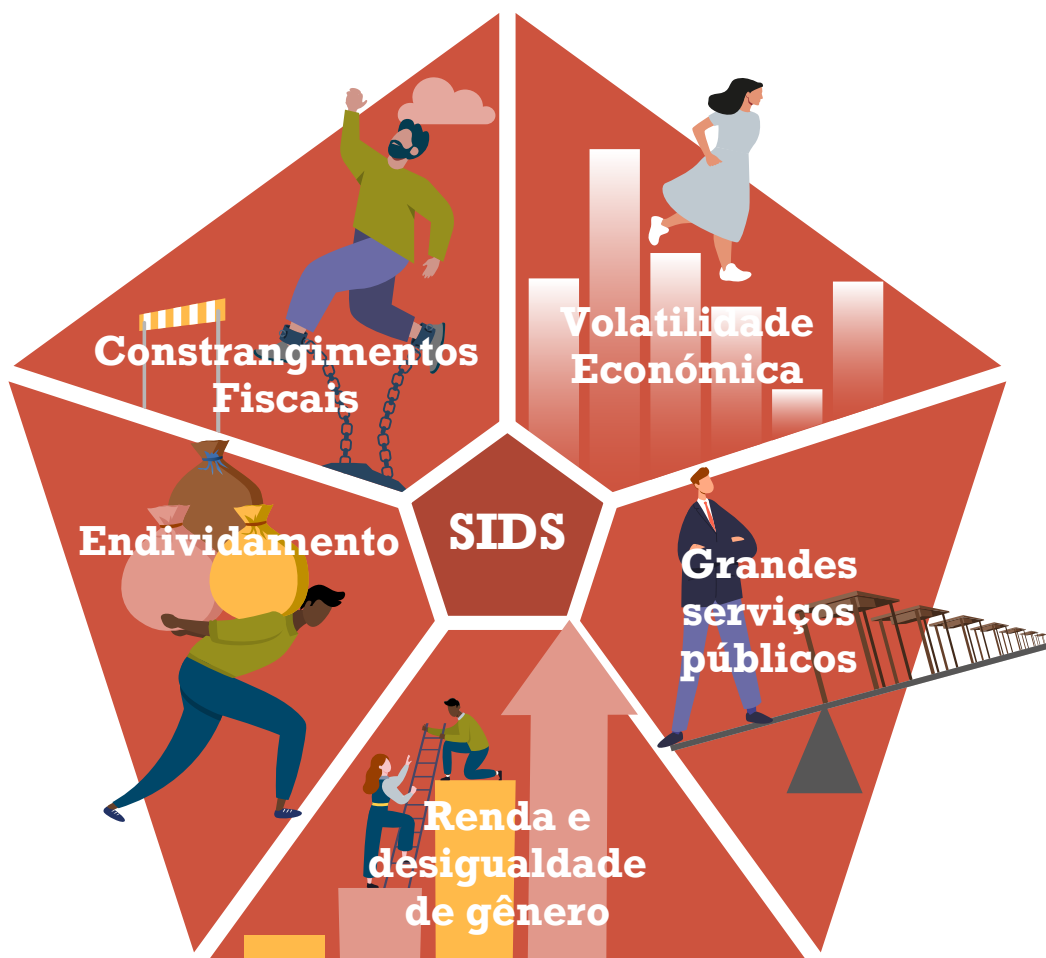
- ▶ **não são** pequenos em termos de população (por exemplo, Papua Nova Guiné com quase 9 milhões de pessoas);
- ▶ **não são ilhas** (ou seja, Belize, Suriname, Guiana e Guiné-Bissau);
- ▶ **não são estados em desenvolvimento**, com vários que atendem aos critérios do Banco Mundial como tendo alta renda per capita (ou seja, Singapura, Seychelles, Barbados).

A literatura acadêmica questiona se o conceito de SIDS é útil, dadas as diferenças entre esses países e ao fato de muitas observações sobre eles também se aplicarem a outros países. Isso levou a recomendações de que diferentes categorias poderiam ser desenvolvidas para grupos de pequenos estados insulares, com base em diferentes critérios.⁸ Por exemplo, alguns fóruns internacionais e literatura acadêmica reconhecem “muito” pequenos estados insulares em desenvolvimento, como um agrupamento distinto, também conhecido como “microestados”.⁹ No entanto, o ponto de diferenciação entre pequeno e muito pequeno também não está estabelecido. Entretanto, a distinção parece importante: embora existam alguns SIDS com populações acima de 2 milhões de pessoas, a maioria deles (20) tem populações abaixo de 500,000 e 15 deles têm populações abaixo de 200,000.

- 8 Alonso, J. A., Cortez, A. L. and Klasen, S. (2014) '[LDC and other country groupings: How useful are current approaches to classify countries in a more heterogeneous developing world?](#)' CDP Background Paper No. 21 ST/ESA/2014/CDP/21. UN Department of Economic and Social Affairs.
- 9 Everest-Philips, M. and Henry, S. (2018) '[Public administration in small and very small island states: how does smallness effect governance?](#)', International Journal of Civil Service Reform and Practice, 3(2).

3. Características Sociais e Económicas dos SIDS

Apesar de preocupações válidas sobre a coerência do conceito de SIDS – bem como objeções ao próprio nome – a literatura sobre SIDS converge em várias características sociais e económicas distintas. É útil resumir algumas delas, pois eles formam um pano de fundo essencial para explorar a governança da pesca.



► **Constrangimentos Fiscais.** Embora a maioria dos SIDS seja classificada como países de renda alta ou média, muitos ainda enfrentam desafios fiscais pronunciados. Isso é parcialmente causado por ter baixa diversificação económica e pequenas populações, resultando em baixas receitas governamentais de impostos e taxas. Mas eles também enfrentam custos mais altos de prestação de serviços, causados pela falta de economias de escala, altos custos de infraestrutura e viagens e combustível dentro do país.¹⁰ Isto é particularmente para o caso de SIDS composto por numerosas ilhas menores.

10 Atteridge, A., Savvidou, G. (2019) *'Development aid for energy in Small Island Developing States'*, Energy, Sustainability and Society 9(10).

» **Volatilidade Económica.** A dependência de um número limitado de setores económicos e do comércio internacional, significa que os SIDS podem experimentar uma grave instabilidade nas receitas do governo. Consequentemente, as crises financeiras globais têm um efeito económico de grande impacto. A crise financeira de 2008 e a pandemia do COVID-19 atingiram as receitas do governo com mais força nos SIDS do que em outros países. Mas a principal força motriz por trás da volatilidade económica são os desastres climáticos. Em Vanuatu, por exemplo, o impacto combinado dos ciclones de categoria 5 em 2015 e 2020, seguidos pela pandemia de COVID-19, causou perdas económicas de cerca de 60% do PIB do país.¹¹ O que é preocupante para os SIDS é a diminuição dos intervalos de recuperação.¹² No Caribe, um desastre resultando em danos e perdas de pelo menos 5% do PIB pode agora ser esperado em curto intervalo de tempo (poucos anos).¹³

» **Endividamento.** De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), até 2019, *external debt accounted for 62% of GDP on average in SIDS, compared with 29% for all developing countries and economies in transition.* Na última década, os SIDS aumentaram os empréstimos nos mercados de capitais internacionais, em parte para cobrir os choques económicos dos desastres climáticos. As dificuldades relacionadas com essas dívidas levaram a uma dolorosa reestruturação da dívida e à pressão pela austeridade do setor público em muitos SIDS. A manutenção do pagamento da dívida representa, portanto, uma grande proporção dos gastos do governo nos SIDS, diminuindo ainda mais sua capacidade de arcar com os serviços públicos. Como tal, muitos SIDS estão presos em uma armadilha de dívida incapacitante, com um futuro altamente precário, dada a intensificação da crise climática.

» **Grandes serviços públicos.** Em média, a percentagem da população empregada pelo governo em SIDS é mais de três vezes superior que a encontrada em países desenvolvidos, como Reino Unido ou Alemanha.¹⁴ A OCDE observa que os SIDS gastam cerca de 30% de seu PIB em serviços públicos, em comparação com uma média de menos de 20% em outros países em desenvolvimento e de renda média. Casos mais extremos são encontrados nos estados muito pequenos. Em Nauru, por exemplo, de uma população total de pouco mais de 11.000 pessoas, mais de 2.000 pessoas estão empregadas no governo. O Estado tem, portanto, um papel dominante na sociedade, embora a penetração dos serviços públicos nas comunidades rurais e nas ilhas mais remotas seja muitas vezes limitada. Uma razão para um grande setor público parece ser a pressão social nas ilhas com oportunidades limitadas de emprego no setor privado. Outro fator é que as complexidades de projetar e administrar um serviço público moderno, incluindo o cumprimento de muitas obrigações internacionais, significam que os SIDS têm estruturas burocráticas como as encontradas em países maiores, mas com populações menores do que muitas cidades de médio porte. Em Barbados, por exemplo, existem 19 ministérios do governo, mas uma população de pouco mais de 287 mil pessoas. As Seychelles têm 13 ministérios com uma população de pouco mais de 100.000 pessoas.

11 Government of Vanuatu (2020) *'Post-disaster needs assessment'*.

12 UN Department of Economic and Social Affairs (2021) *'Disasters after disasters: Short recovery intervals and large financial gaps in Small Island Development States'*, 14 July 2021.

13 Mclean, S. and Charles, D. (2018) *'A perusal of public debt in the Caribbean and its impact on economic growth'*, Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

14 Everest-Phillips, M. and Henry, S. (2018) *'Public administration in small and very small states: How does smallness affect governance?'*

Também deve ser notado que, embora um tanto controverso e embora a prestação de serviços tenda a custar mais aos SIDS, isso não significa que eles sejam particularmente eficientes nisso. O Banco Mundial e outros parceiros internacionais de desenvolvimento argumentaram que o tamanho inflacionado do serviço público encontrado nos SIDS faz com que os governos e o serviço público sejam “antieconómicos” e perdulários.¹⁵ De fato, a análise mostra que, em média, os SIDS têm os custos mais altos para a implementação de ajudas, em comparação com outros países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que obtêm as pontuações mais baixas na eficácia das mesmas.¹⁶

» **Renda e desigualdade de gênero.** Tendências de desigualdades existem nos SIDS, e em várias dimensões. Isso está relacionado às dificuldades em garantir serviços públicos acessíveis, bem como à diversificação económica limitada e ao alto desemprego. Além disso, o turismo de luxo e os serviços financeiros offshore produzem uma riqueza substancial, mas essas indústrias tendem a concentrar essa riqueza entre um pequeno número de pessoas. A desigualdade também é agravada pela vulnerabilidade dos SIDS às crises económicas, que invariavelmente aumentam as taxas de desigualdade. Em uma revisão das conclusões do seu Índice de Desenvolvimento Humano em 2018, o PNUD afirma que os SIDS tendem a ter níveis mais altos de desigualdade de renda, em comparação com outras categorias de países em desenvolvimento, e a tendência está piorando.¹⁷

Além disso, muitos SIDS também têm desempenho ruim em termos de igualdade de gênero, embora existam variações regionais. Nas ilhas do Pacífico, menos de 6% dos parlamentares são mulheres. Apesar de algumas histórias de sucesso (por exemplo, Fiji), a pesquisa da União Interparlamentar mostra que as ilhas do Pacífico têm os níveis mais baixos de representação de mulheres no parlamento do mundo.¹⁸ A situação no Caribe é melhor, mas a representação das mulheres nos parlamentos dos SIDS caribenhos ainda é baixa comparada a em escala global; 14 por cento em comparação com uma média internacional de 25 por cento.¹⁹ Nos SIDS africanos, o histórico de igualdade de gênero é considerado muito melhor. De acordo com o Índice Ibrahim de Governança Africana sobre a medida da igualdade de gênero, por exemplo, Seychelles, Cabo Verde e Maurícias estão consistentemente entre os cinco principais estados africanos, enquanto Comores e São Tomé e Príncipe estão na metade superior. Mas a desigualdade de gênero também é evidente e em níveis preocupantes no que toca violência contra mulheres e meninas em muitos SIDS. A ONU-Mulheres conduziu estudos de prevalência em todo o mundo em desenvolvimento e validou uma visão de que os níveis de violência e abuso contra mulheres e meninas no Pacífico e nas ilhas do Caribe estão entre os mais altos do mundo.²⁰

15 Hassall, G. (2018) ‘Special Issue on Public Sector Enhancement in Pacific Island States’, *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 40(4), DOI: 10.1080/23276665.2018.1553276.

16 Wood, T., Otor, S. and Dornan, M. (2022) ‘*Why are aid projects less effective in the Pacific?*’ *Development Policy Review*, 40.

17 Palanivel, T. (2018) ‘*Small Island Developing States: A summary of the state of human development*’, UNDP.

18 Inter-Parliamentary Union (2021) ‘*Women in parliament in 2021*’.

19 UNDP (2019) ‘*Where are the Women? A Study of Women, Politics, Parliaments and Equality in the CARICOM Countries*’.

20 UN-Women, Asia & Pacific Region (n.d.) ‘*Ending Violence Against Women and Girls*’.



4. Por que a transparência da pesca é tão importante para os SIDS

Existe agora um consenso global de que a gestão da pesca deve ser transparente e baseada na participação pública significativa. Como descrito no nosso first tBrief, estas podem ser as características mais importantes para determinar se o setor pesqueiro de um país é sustentável e bem gerido. Para muitos SIDS, a transparência da pesca é particularmente importante.

1.

Os SIDS incluem numerosos pequenos estados que têm jurisdição sobre largos espaços oceânicos a altos níveis de biodiversidade marinhas

2.

SIDS include states that are among the most dependent on fisheries in the world

3.

SIDS see fisheries as part of wider 'blue growth' strategies

1. Os SIDS incluem numerosos pequenos estados que têm jurisdição sobre largos espaços oceânicos a altos níveis de biodiversidade marinhas

No total, os SIDS soberanos cobrem 30% dos oceanos do mundo (sem incluir o alto mar), mas abrigam menos de 1% da população mundial.²¹ Se incluirmos as zonas econômicas exclusivas (ZEEs) de pequenas ilhas que são consideradas como territórios ultramarinos de outras nações (veja abaixo), então a proporção de ZEEs sob a jurisdição dos SIDS sobe para mais da metade do oceano.

²¹ UN Office of the High Representative for the LDCs, Landlocked Developing Countries and SIDS (2013) '[Small island developing states in numbers](#)'.

Tabela 2: Pequenas ilhas com amplas percentagens do oceano

| | | Tamanho da ZEE (km ²) | População |
|-----|--|-----------------------------------|-----------|
| 1. | Polinésia Francesa [França] | 4,787, 978 | 280,904 |
| 2. | Kiribati | 3,441,810 | 119,446 |
| 3. | Federação Estatal da Micronésia | 2,996,419 | 115,021 |
| 4. | Havaí [USA] | 2,474,884 | 1,420,000 |
| 5. | Papua Nova Guiné | 2,402,288 | 8,947,000 |
| 6. | Ilha Marshall | 1,990,530 | 59,184 |
| 7. | Ilhas Cook | 1,960,027 | 17,459 |
| 8. | Ilha Salomão | 1,589,477 | 686,878 |
| 9. | Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul [Reino Unido] | 1,449,532 | 30 |
| 10. | Neva Caledónia [França] | 1,422,956 | 271,960 |
| 11. | Seychelles | 1,336,559 | 98,462 |
| 12. | Maurícias | 1,284,997 | 1,226,474 |
| 13. | Fiji | 1,282,978 | 911,097 |
| 14. | Maldivas | 923,322 | 561,762 |
| 15. | Ilhas Pitcairn [Reino Unido] | 836,108 | 67 |

Para muitos SIDS, seus domínios oceânicos cobrem mares tropicais com altos níveis de biodiversidade marinha e espécies endêmicas, incluindo a maioria dos recifes de corais do mundo. Isso implica, como escreveu Epeli Hau'ofa, um importante dever de gerir a pesca marinha e os ecossistemas marinhos – não apenas para seus cidadãos e gerações futuras, mas também para o bem comum global.

Gestão da pesca em territórios ultramarinos

As numerosas pequenas ilhas classificadas como territórios ultramarinos das antigas potências coloniais têm um papel subestimado na gestão da pesca marinha. No caso da França, a ZEE combinada de seus territórios ultramarinos significa que detém tecnicamente o título de maior ZEE do mundo, medindo cerca de 11,7 milhões de km². No entanto, a maior parte desse domínio oceânico é, na verdade, composta pelas ZEEs que cercam seus territórios ultramarinos. Apenas 3% do domínio oceânico total da França é encontrado adjacente à França continental na Europa. A Polinésia Francesa responde por mais de 5 milhões de km² sozinha, o que é maior do que as ZEEs do Japão e da Nova Zelândia e quase seis vezes o tamanho da ZEE da China. Da mesma forma, cerca de apenas 10% do espaço oceânico controlado pelo Reino Unido é adjacente à Grã-Bretanha. Os territórios ultramarinos dessas ex-potências coloniais cobrem, portanto, vastas áreas do oceano com abundantes populações de peixes, enquanto muitos territórios insulares abrigam extensos setores pesqueiros, incluindo um grande número de pescadores artesanais. Algumas, como a Ilha da Reunião e a Nova Caledônia, também possuem portos industriais que atuam como importantes centros regionais de transbordo.

Nas últimas décadas, o contestado processo de descolonização viu o aumento da autonomia concedida a muitos territórios ultramarinos em várias esferas de governo. A administração das pescas é uma área onde os territórios ultramarinos podem ter um alto grau de controle local: tendo poderes para emitir direitos de pesca, operar frotas de pesca sob suas próprias bandeiras e estabelecer leis e políticas de pesca. No entanto, existem muitas áreas cinzentas. Por exemplo, algumas ex-potências coloniais resistem a que seus territórios ultramarinos se tornem membros votantes das Organizações Regionais de Gestão Pesqueira, muitas das quais também carecem de voz formal nos processos de tomada de decisão das Nações Unidas.

Um aspecto de importância crescente é o estabelecimento de áreas marinhas protegidas (MPAs). Para países como a França, o Reino Unido e os Estados Unidos, o cumprimento de ambiciosos compromissos globais para a expansão de AMPs é predominantemente alcançado pela declaração de AMPs em águas remotas de seus territórios ultramarinos. Outros países, sem territórios ultramarinos, enfrentam um desafio mais difícil para atingir essas metas.

Muita pesquisa global e defesa da gestão responsável da pesca ignoram o papel das administrações locais nesses territórios ultramarinos. No entanto, eles são igualmente importantes, inclusive para os esforços de transparência. Por exemplo, ao avaliar os níveis de informações sobre pesca publicadas em sites do governo de um país como a França, pode ser fácil perder a quantidade de informações fornecidas pelos territórios ultramarinos da França, cobrindo 97% de todas as suas ZEEs.

2. Os SIDS incluem estados que estão entre os mais dependentes da pesca no mundo

Não obstante alguns valores discrepantes (ou seja, Singapura), a pesca marinha tende a ter maior importância nacional para os SIDS, em comparação com outros estados costeiros. Isso se manifesta de várias maneiras.

► **Segurança alimentar:** PO consumo per capita de peixes marinhos tende a ser alto para os SIDS, quando comparado internacionalmente. O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a sua [Global Action Programme on Food Security in SIDS](#) observa que, em muitos estados insulares do Pacífico, por exemplo, o consumo de peixe é de três a quatro vezes a média global.

Historicamente, essa dependência do pescado para atender à segurança alimentar nacional tem sido importante para os SIDS porque o acesso a fontes alternativas de proteína é difícil. Isso se deve ao seu afastamento, falta de terras agrícolas e falta de poder de compra. No entanto, as coisas estão mudando. O consumo de pescado per capita está diminuindo em muitos SIDS, em parte devido ao aumento da população de pessoas e à diminuição da população de peixes, mas também devido ao aumento do comércio internacional. Algumas ilhas com grande turismo internacional também viram cair o consumo de pescado entre os cidadãos, uma vez que mais pescado é direcionado aos seus visitantes. Consequentemente, os SIDS dependem mais de alimentos importados para garantir a segurança alimentar nacional – muitos dos quais incluem produtos processados de baixo custo. A FAO observa que, desde 1990, a porcentagem de alimentos produzidos e consumidos localmente nos SIDS diminuiu em média quase 30% e, em alguns países, como Vanuatu, houve um aumento de 300% na dependência em alimentos importados. No Caribe, os SIDS também importam mais de 30% do pescado que consomem, da América Latina, dos Estados Unidos e cada vez mais da China.²²

Mudar de uma dieta de alimentos produzidos localmente, incluindo pescado fresco, para o aumento do consumo de alimentos processados, significa que as populações dos SIDS estão experimentando uma deterioração da saúde pública. Na verdade, a mudança para a ingestão de alimentos importados, implica a que os SIDS tenham algumas das maiores taxas de obesidade e diabetes do mundo.²³ Maximizar a disponibilidade de pescado fresco e acessível para consumo local é uma postura política crítica em todos os SIDS, que recebeu destaque na Cimeira de Saúde do SIDS de 2021, organizada pela OMS e pela ONU [Global Action Programme on Food Security and Nutrition in Small Island Developing States](#). Numerosos estudos recomendam que os governos dos SIDS devam priorizar o consumo local de pescado, em detrimento da comercialização ao exterior, e proteger os mercados locais das pressões de vender o melhor pescado para turistas com altos salários.²⁴

22 FAO (2014) '[Securing fish for the Caribbean](#)'.

23 FAO (2016) '[State of food security and nutrition in Small Island Developing States](#)'.

24 Bell, J. D., Allain, V., Allison, E. H. et al. (2015) 'Diversifying the use of tuna to improve food security and public health in Pacific Island countries and territories', *Marine Policy*, 51; Connell, J., Lowitt, K., et al., (2020) 'Food Security and Sovereignty in Small Island Developing States: Contemporary Crises and Challenges', 10.1007/978-981-13-8256-7_1

► **Redução da Pobreza e Emprego:** Em muitos SIDS, a pesca e o processamento de pescado fornecem emprego para uma proporção significativa da população, inclusive para muitas pessoas que não têm alternativas. Embora a pesca seja geralmente considerada uma atividade dominada pelos homens, a pesquisa mostra rotineiramente que as mulheres desempenham um papel importante na pesca, processamento e venda de pescado.²⁵ A pesca artesanal ou de pequena escala geralmente emprega a maioria das pessoas nos SIDS e produz a maior parte do pescado para consumo local. No entanto, existem vários SIDS onde a pesca industrial e as fábricas de processamento de pescado se tornaram importantes. Na Samoa Americana, o enlatamento de atum é o maior empregador do setor privado, respondendo por 14% dos empregos na ilha.²⁶



Manter ou aumentar o emprego da pesca é de importância crescente em muitos SIDS. A maioria tem populações crescentes, mas altos (e crescentes) níveis de desemprego, particularmente entre jovens e mulheres. Isso é exacerbado pela diversificação econômica limitada das ilhas e pela alta dependência de alguns setores econômicos, principalmente do turismo estrangeiro – como foi claramente exposto pela pandemia do COVID-19.

No entanto, embora a pesca proporcione emprego e meios de subsistência para muitos, é um setor em que os rendimentos são muitas vezes baixos e o emprego inseguro. Isso se deve à distribuição injusta de lucros nos mercados de pescado, direitos trabalhistas e proteções sociais fracos. De uma perspectiva histórica, a governança consuetudinária da pesca marinha nos SIDS geralmente forneceu sistemas eficazes de compartilhamento de benefícios comunitários.²⁷ No entanto, a comercialização do pescado, que ocorre nos SIDS em graus variados, pode minar esses sistemas e levar a situações em que a maior parte do aumento dos lucros é capturada por relativamente poucas pessoas.²⁸ As mudanças no sistema de comercialização do pescado também demonstraram uma redução no papel tradicional das mulheres na pesca.²⁹

25 Rabbitt, S., Lilley, I., et al. (2020) 'What's the catch in who fishes? Fisherwomen's contributions to fisheries and food security in Marovo Lagoon, Solomon Islands', *Marine Policy*, 108.

26 US Government Accountability Office (2020) '*American Samoa: Economic Trends, Status of the Tuna Canning Industry*'

27 Tobin, B. (2008) 'The role of customary law in access and benefit sharing and traditional knowledge governance: perspectives from Andean and Pacific Island countries', World Intellectual Property Organization

28 Gillett, R. and Cartwright, I. (2010) *The future of Pacific Island fisheries*. New Caledonia: Secretariat of the Pacific Community

29 Williams, M. J. (2015) 'Pacific invertebrate fisheries and gender – Key results from PROCFish', *SPC Women Fisheries Inf. Bull.* 26, 12–16.

Repartição injusta de benefícios que afeta os pescadores nos SIDS: o caso dos pepinos-do-mar

Impulsionados pela demanda na China, os pepinos-do-mar se tornaram um dos frutos do mar mais valiosos para muitos SIDS. No caso das ilhas do Pacífico, o pepino-do-mar é a segunda pescaria mais valiosa, depois do atum, e é estimado em mais de US\$ 50 milhões por ano. No entanto, o boom no comércio de pepinos-do-mar, que também é importante para os SIDS africanos e caribenhos, destaca as dificuldades que os pescadores enfrentam para capturar a riqueza econômica do comércio internacional. *Value chain analyses* dos mercados de pepinos-do-mar de ilhas selecionadas do Pacífico, mostram que os pescadores recebem menos de 10% do valor final de mercado dos produtos. Os maiores lucros são obtidos por um pequeno número de exportadores, em sua maioria estrangeiros, que recebem mais de 60% do valor de mercado.

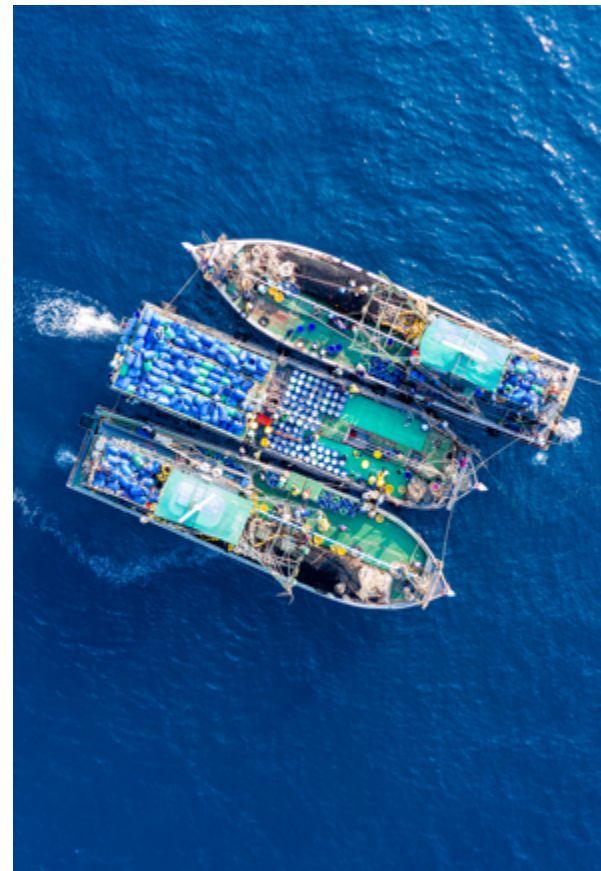


Um dos problemas identificados nas análises da cadeia de valor da indústria do pepino-do-mar, é a falta de informação pública sobre os preços do pepino-do-mar seco, que se acredita minar o poder de negociação dos pescadores locais. Pesquisas feitas pelo *World Conservation Society* sobre as exportações de pepino-do-mar das Fiji em 2016 também destacou um nível impressionante de colheitas não declaradas, com colheitas reais estimadas em até 30 vezes mais do que os relatórios do governo. Acredita-se que as populações selvagens de pepinos-do-mar estejam fortemente ameaçadas nas águas da maioria dos SIDS. Como soluções para o comércio sustentável e equitativo de pepinos-do-mar, destacam a necessidade de maior transparência nos dados de mercado e participação efetiva dos pescadores locais em fóruns políticos. Também foi recomendado que as informações publicadas pelo governo possam ser fortalecidas pelo cruzamento dos dados de captura mantidos pelas autoridades pesqueiras, com as exportações/importações registradas pelos funcionários alfandegários.

» **Desenvolvimento económico através do comércio de pescado:** Muitos SIDS dependem do comércio internacional de pescado para o desenvolvimento económico. Isso inclui o processamento e exportação de espécies de pescado de alto valor (por exemplo, atum, pepino-do-mar, lagostas), bem como a venda de direitos de pesca para frotas estrangeiras em águas distantes (por exemplo, da China, Japão e UE). Segundo dados compilados pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os produtos do mar representam 70 por cento de todas as exportações de mercadorias em Cabo Verde, Kiribati, Maldivas, Micronésia e Tuvalu.³⁰

No entanto, muitos SIDS têm lutado para capturar uma parte substancial da riqueza do comércio de pescado. O preço cobrado pelas licenças de pesca industrial é considerado por muitos especialistas como baixo para os SIDS e muitos enfrentam múltiplas barreiras para exportar peixe processado, perdendo assim qualquer possibilidade de obter um valor acrescentado. Os SIDS do Pacífico responderam parcialmente a esta situação, através da colaboração regional, o que levou a uma transformação na forma como as licenças são vendidas a embarcações de pesca estrangeiras que visam o atum para fábricas de conservas. O chamado Vessel Day Scheme, que introduziu leilões competitivos e negociação de licenças, melhorou drasticamente as receitas do governo, aumentando quase três vezes de 2010 a 2020. Além disso, muitas ilhas do Pacífico tiveram sucesso em aumentar a quantidade de atum processado localmente para exportação, com os membros da FFA mais do que dobrando esse valor desde 2012. Pelo menos 10 SIDS no Pacífico são agora considerados ‘dependentes do atum’; suas receitas do setor comercial de atum representam quase 40 por cento das receitas anuais do governo.³¹

Estas dimensões (muitas vezes sobrepostas) da dependência do pescado destacam, não apenas a importância da pesca para os SIDS, mas também os difíceis atos de equilíbrio que seus governos enfrentam. Garantir pescado de alta qualidade para a dieta das pessoas, melhorar o emprego e a renda da pesca, ao mesmo tempo em que se maximizam as receitas do governo por meio do comércio exterior (assim como fornecer pescado de alta qualidade para o turismo), são objetivos políticos que muitas vezes estão em competição. Se adicionarmos a essa mistura a demanda pelo SIDS para conservar os ecossistemas marinhos e limitar a intensidade da pesca – por exemplo, através da ampliação das áreas marinhas protegidas – então os problemas de “coerência política” se tornam manifestos e potencialmente divisivos. Altos níveis de transparência e debate público são críticos neste contexto.



30 UNCTAD (2021) *'Small island developing states face uphill battle in COVID-19 recovery'*, 10 June 2021.

31 Bell, J. D., Senina, I., Adams, T. et al. (2021) *'Pathways to sustaining tuna-dependent Pacific Island economies during climate change'*, Nat Sustain 4.

3. Os SIDS veem a pesca como parte de estratégias mais amplas de “crescimento azul”

Outro tema que destaca a importância da transparência na pesca para os SIDS, é o ímpeto em torno do conceito de economia azul. Isso ganhou reconhecimento global por meio de reuniões realizadas na Cimeira da Terra da ONU em 2012, onde os SIDS argumentaram que a ideia da economia verde – o principal tema da conferência – era menos relevante para eles, devido ao seu status de grandes estados oceânicos (hoje também referidos como grandes estados oceânicos, ou BOSS). Se o mundo está em transição para o crescimento verde, então deve ser um crescimento “azul” para o SIDS. Desde então, os SIDS têm estado na vanguarda do desenvolvimento e implementação da ideia da economia azul e do crescimento azul sustentável.



No centro da ideia de crescimento azul, está o otimismo de que os SIDS podem diversificar e fazer crescer suas economias por meio de uma variedade de setores marítimos. Combinaria setores tradicionais, como ecoturismo, pesca e navegação, com setores emergentes, como aquacultura marinha, produção de energia offshore, bioprospecção marinha e, controversamente, mineração oceânica. Há também um impulso para que os SIDS recebam pagamentos internacionais por serviços ecossistêmicos, como o armazenamento de “carbono azul” na vanguarda dessas propostas.

Embora o crescimento azul para os SIDS seja ativamente apoiado pelos próprios SIDS, juntamente com muitas organizações parceiras, incluindo a ONU, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento, há receio de que as estratégias nacionais de crescimento azul aumentem a concorrência pelos recursos visados pela pesca costeira. Na verdade, muitas pessoas consideram que os pescadores artesanais estão em desvantagem nos programas de crescimento azul, em que tais estratégias se concentram principalmente no crescimento econômico. Como foi descrito em nosso [tBrief No. 6 on small-scale fisheries](#), uma fonte de sua vulnerabilidade é a falta de visibilidade nos dados oficiais do governo, bem como a falta de valorização de toda a sua gama de valores sociais, culturais e econômicos. Garantir que os governos coletem, publiquem e distribuam dados sobre o setor pesqueiro deve, portanto, ser ampliado à medida que o crescimento azul recebe mais atenção.

5. Os SIDS enfrentam vantagens/desvantagens únicas para alcançar a transparência em suas pescarias??

Pesquisas sobre os SIDS têm abordado a questão de como suas distintas características políticas, sociais e económicas (conforme descrito acima) influenciam sua governança. Embora existam teorias opostas, a literatura pode ajudar a avaliar se os SIDS têm vantagens ou desvantagens únicas ao buscar transparência em sua gestão pesqueira.

Um aspeto que facilmente passa despercebido, é se em estados muito pequenos a ideia de governo aberto recebe menos atenção. Internacionalmente, o governo aberto está associado à organização de informações online; agora existe uma recomendação básica de que as informações on-line do governo sejam organizadas por meio de um portal centralizado do governo. No entanto, em estados pequenos, as atitudes em relação ao compartilhamento de informações do governo podem ser influenciadas pelas densas redes comunitárias e pela familiaridade existente entre as pessoas. Compartilhar informações de forma mais pessoal, face a face, pode parecer suficiente. No entanto, esta não é necessariamente uma abordagem ideal para a transparência. Uma abordagem mais formalizada para registrar e publicar informações evita problemas de acesso desigual à informação, de possível desinformação e disseminação de boatos. No entanto, a demanda e a urgência do governo eletrônico podem ser maiores em sociedades maiores do que em sociedades muito pequenas, o que pode explicar, em parte, por que poucos SIDS têm plataformas de governo eletrônico bem desenvolvidas ou por que alguns demoram a implementá-las.

Existem muitos outros elementos para explorar. Para simplificar e definir um scope focado para abordar este assunto, este tBrief focará em dois desafios com mais detalhes.



O desafio da deficiência de dados

Ainda hoje, na era da informação, a falta de transparência em alguns países ainda é deliberada, porque seus governos temem ser julgados. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que muitos governos enfrentam desafios na coleta ou compilação de informações sobre seus setores pesqueiros. Embora essas lacunas de informação variem significativamente, dependendo do contexto nacional, nossa experiência mostra que existem várias áreas comuns sob o Padrão FiTI onde as autoridades públicas tendem a se esforçar para produzir dados regulares, completos e confiáveis:

- ▶ Informações sobre a saúde das populações de peixes, incluindo tendências históricas;
- ▶ Informação sobre as atividades dos pescadores, incluindo capturas acessórias e devoluções;
- ▶ Informação sobre emprego na pesca artesanal, incluindo informação sobre gênero no sector pós-colheita e dados sobre o sector informal;
- ▶ Atividades e resultados dos esforços de aplicação da lei, incluindo os direitos laborais das pessoas que trabalham no setor pesqueiro;
- ▶ Informação sobre os subsídios, incluindo o seu valor e beneficiários;
- ▶ Avaliações de impacto de projetos públicos financiados por ajuda externa.

Sem essas informações, é difícil responder a questões críticas sobre as políticas nacionais para as pescas. Por exemplo, torna-se extremamente difícil discutir como as políticas nacionais alcançarão uma pesca sustentável, na ausência de dados governamentais consistentes e atualizados regularmente sobre as pescas. Da mesma forma, embora as políticas nacionais de pesca incluam rotineiramente objetivos de apoio aos meios de subsistência – como costumam fazer nos SIDS – o progresso é impossível de medir sem dados regulares e confiáveis de gênero, sobre emprego ou informações sobre padrões laborais.

Razões políticas e práticas sustentam por que essas lacunas de dados persistem. Um problema óbvio reside no financiamento insuficiente para a gestão das pescas. A gestão da pesca, incluindo pesquisa e monitoramento das atividades pesqueiras, é cara de se fazer bem. Isso geralmente é mal compreendido por leigos.³²

Mas há mais do que apenas o aspecto monetário. Existem várias razões pelas quais a coleta de dados de pesca é um exercício assustador para SIDS.

- ▶ **Diversidade marinha e cultural:** A enorme diversidade marinha dos SIDS os coloca entre os estados mais complexos e caros para gerar dados. Existem agora métodos económicos de reunir informações sobre a saúde das populações de peixes, adaptados à pesca tropical de pequena escala com várias artes.³³ Essas soluções podem reduzir os custos de recolha de dados de pesca e aplicações bem-sucedidas desses métodos ocorreram em países como Fiji, onde a colaboração entre o Ministério da Pesca, comunidades pesqueiras e um grupo de ONGs locais e estrangeiras ajudou a coletar dados por mais de 90 por cento da pesca de recife.³⁴ No entanto, muitas vezes é muito mais fácil recolher dados de pesca nos países do norte do que nas regiões tropicais.



32 Mangin, T., Costello, C., Anderson, J., Arnason, R., Elliott, M., et al. (2018) *'Are fishery management upgrades worth the cost?'* PLOS ONE 13(9).

33 Herrón, P., Castellanos-Galindo, G. A., Stähler, M., Díaz, J. M., Wolff, M. (2019) *'Toward Ecosystem-Based Assessment and Management of Small-Scale and Multi-Gear Fisheries: Insights From the Tropical Eastern Pacific'*, Frontiers in Marine Science, 6.

34 Prince, J. et al. (2021) *'Spawning potential surveys in Fiji: A new song of change for small-scale fisheries in the Pacific'*, Conservation Science and Practice.

Além disso, a maioria dos levantamentos de pesca costeira usados por governos e cientistas pesqueiros dependem de informações compartilhadas por comunidades pesqueiras. No entanto, em vários SIDS, essas comunidades estão dispersas e existe um alto nível de diversidade cultural e linguística. Vanuatu, por exemplo, tem uma população de aproximadamente 300.000 pessoas, mas suas comunidades falam mais de 100 línguas locais distintas. O país compreende 83 ilhas, espalhadas por uma área aproximadamente do mesmo tamanho que a Índia, e 65 dessas ilhas são habitadas.

Além disso, as ilhas menores muitas vezes carecem de locais de desembarque dedicados, em particular para pesca artesanal comercial ou de subsistência, tornando mais complexos os esforços para capturar dados de desembarque e captura. Esse aspecto se torna ainda mais desafiador quando se busca recolher dados de fora do país. Por exemplo, as capturas dos pescadores senegaleses que operam na Guiné-Bissau e desembarcam no Senegal são difíceis de determinar, pois nenhum dos sistemas estatísticos dos dois países os leva em consideração.

» **Volatilidade Económica:** Outra dificuldade enfrentada por muitos SIDS, reside em sua extrema volatilidade económica. Com a intensificação das catástrofes causadas por eventos climáticos extremos, austeridade do setor público e problemas dos países com a armadilha da dívida, é fácil entender por que os SIDS lutam para uma recolha de dados pesqueiros consistentes. Pode não ser prioridade em períodos de crise nacional. No entanto, é importante perceber que o valor dos dados sobre o setor pesqueiro, provavelmente se torna ainda maior em tal contexto. Isto é particularmente verdade para as comunidades pesqueiras costeiras, para as quais a falta de informações do governo sobre suas atividades pode dificultar seus esforços para receber apoio financeiro adequado para recuperação e adaptação. Na Dominica, por exemplo, o Banco Mundial disponibilizou montantes em dinheiro aos pescadores para ajudá-los a se recuperar do choque económico do furacão Maria em 2017, enquanto a FAO e a Cruz Vermelha forneceram mais ajuda de emergência. Mas a pesquisa liderada por académicos da Universidade das Índias Ocidentais sobre pescadores dominicanos levantou preocupações de que “os dados sobre atividades passadas de indivíduos que poderiam fornecer a base para decisões sobre a alocação de ajuda muitas vezes não estão disponíveis”.³⁵

» **Economia Informal:** Embora não seja exclusivo dos SIDS, muitos Estados têm grandes setores informais e de subsistência – trata-se de uma característica que define suas pescas costeiras. Uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho em 2017 estimou que em países como Fiji, Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné, entre 60 e 80 por cento da população trabalha fora da economia formal, predominantemente na pesca e na agricultura.³⁶ Obviamente, dados sobre produtividade e emprego informal e de subsistência são mais difíceis de produzir do que para o setor formal, devido à falta de oportunidades de autorrelato às autoridades governamentais e também porque muitas pessoas envolvidas no trabalho informal não querem declarar isso. Portanto, requer pesquisas domiciliares bem projetadas, demoradas e muitas vezes caras para gerar essas informações.

35 Turner, R., McConney, P. and Monnereau, I. (2020) '[Climate Change Adaptation and Extreme Weather in the Small-Scale Fisheries of Dominica](#)', Coastal Management, 48(5): 436-455.

36 International Labour Organization (2017) '[A Study on the Future of Work in the Pacific](#)'.

» **Prioridades para a pesca de alto valor:** Outros fatores também podem afetar a deficiência de dados. Uma das dinâmicas observadas no Pacífico, por exemplo, é que o foco das autoridades pesqueiras nacionais tem sido desproporcionalmente na pesca de atum industrial de alto valor. De acordo com um relatório publicado pela Secretaria da Comunidade do Pacífico, o fascínio de trabalhar na pesca do atum, que envolve viagens regulares ao exterior e as vantagens associadas a isso, significa que a gestão da pesca costeira recebe menor financiamento e é atendida por funcionários mais juniores.³⁷ Isso é um problema, pois a pesca costeira produz mais pescado para consumo local e emprega muito mais cidadãos.

» **Dependência de ajudas:** Outra característica potencialmente problemática dos SIDS deriva de sua dependência de ajuda externa e do fato de que grande parte do trabalho público na conservação e nas pescas depende de parceiros estrangeiros, incluindo agências doadoras, ONGs internacionais e academia. Na verdade, os SIDS estão entre os países mais dependentes de ajuda no mundo. O mesmo relatório do Secretariado da Comunidade do Pacífico também descreveu que a gestão da pesca costeira tem sido altamente dependente da ajuda externa, o que significa que bons dados são produzidos quando o financiamento da ajuda está disponível, mas os governos falham em manter esses esforços quando o financiamento termina.

De forma mais controversa, no entanto, alguns estudos argumentam que a dependência de ajuda pode ser prejudicial à saúde das instituições políticas. Os governos (e ONGs locais) podem acabar priorizando as agendas dos doadores estrangeiros em detrimento dos desafios locais, para garantir a ajuda.³⁸ Por exemplo, estudos sobre a experiência de comunidades pesqueiras indígenas com iniciativas dirigidas por doadores, com o objetivo de criar áreas marinhas protegidas, sugerem que as questões mais importantes para essas comunidades nem sempre estão alinhadas com as de doadores e consultores estrangeiros.³⁹

Da mesma forma, também há preocupações com relação à propriedade local e usabilidade da informação, o que é particularmente relevante para os esforços de transparência. Um grupo de importantes cientistas pesqueiros argumentou que os SIDS foram objeto de uma grande quantidade de pesquisas, confirmando a ideia de que os SIDS recebem intenso interesse de uma perspectiva global.⁴⁰ No entanto, esses cientistas também apontaram que muitas pesquisas e dados resultantes sobre a pesca nos SIDS não são usados pelas autoridades nacionais, mas acabam publicados em relatórios técnicos obscuros ou restritos a publicações acadêmicas que são amplamente inacessíveis à população local. Contribuindo para este problema, está o fato de muitos SIDS não terem portais online bem desenvolvidos de informações sobre pescarias, onde os resultados da pesquisa possam ser documentados. Além disso, os dados brutos disponíveis para as autoridades nacionais, geralmente são guardados por poucas agências estatísticas dentro do governo, sem conceder acesso ao público em geral.



37 Gillet, R. (2014) 'Hot issues on Pacific Island coastal fisheries', SPC Fisheries Newsletter, 144.

38 Overton, J., Prinsen, G., et al. (2012) '[Reversing the tide of aid: Investigating development policy sovereignty in the Pacific](#)', Journal de la Société des Océanistes, 135.

39 Cornier, S. and Leblic, I. (2016) '[Kanak coastal communities and fisheries meeting new governance challenges and marine issues in New Caledonia](#)'

40 Hind, J., Steven, M., Green, J., et al. (2015) '[Fostering effective international collaboration for marine science in small island states](#)', Frontiers in Marine Science, 2.

Estes exemplos mostram que existem muitas razões estruturais e políticas pelas quais os SIDS podem ser propensos a negligenciar a gestão da pesca – incluindo a necessidade de coligir e publicar dados. Nenhuma dessas razões impede que os SIDS tenham excelentes dados sobre seus setores pesqueiros. Eles sugerem, no entanto, que uma das principais barreiras ao progresso em iniciativas de governo aberto em SIDS, será a abordagem inconsistente e ad hoc de coletar e publicar informações online. Mudar esta situação pode não ser apenas uma questão de dotações orçamentais, mas também de mudança de atitudes e prioridades.

O desafio de alcançar “instituições de responsabilidade”

Embora a falta de dados represente uma barreira à transparência, desafios mais difíceis podem surgir de dois problemas inter-relacionados:

- ▶ Governos resistindo à publicação de informações que possam expô-los a críticas.
- ▶ A capacidade da sociedade de usar a informação para responsabilizar os governos.

Se um país carece de liberdades políticas básicas, inibindo assim a democracia deliberativa, os esforços de transparência podem ser vistos como uma perda de tempo. De fato, para iniciativas como a FiTI, persuadir os governos a publicar dados é apenas parte do desafio. Igualmente importante é que esta informação seja credível e, em seguida, usada para estimular debates políticos nacionais informados e críticos que incluam as opiniões de grupos marginalizados.

Um dos assuntos mais explorados na governança dos SIDS, é até que ponto suas características únicas promovem ou dificultam a democracia e a governança participativa. Uma visão é que os SIDS são muito heterogêneos para generalizar neste debate.⁴¹ Dados os fatores multifacetados e controversos que provavelmente moldam as instituições políticas de qualquer estado, essa visão parece razoável.

No entanto, outro ponto de vista é que o seu pequeno tamanho e o consequente caráter hiperpersonalizado da vida política nos SIDS são relevantes e que as características distintivas dos SIDS podem ser vantajosas para a transparência da pesca. Essa visão corresponde aos ideais políticos de descentralização e devolução. Em relação à governança participativa, alguns acreditam que uma pequena unidade política tem vantagens sobre uma maior.⁴² Pontuações em vários índices globais, como o produzido pela [Freedom House](#), indicam que os SIDS parecem ser mais democráticos e sofrem menos conflitos civis do que outros países. Alguns SIDS sofreram extrema turbulência política (por exemplo, Ilhas Salomão, Timor-Leste e Fiji), mas, em geral, os SIDS parecem ser relativamente pacíficos e a maioria tem um histórico de eleições justas e livres. O [Ibrahim Index of African Governance](#) constatou consistentemente que os três principais estados da África são SIDS – Seychelles, Cabo Verde e Maurícias. São Tomé e Príncipe cai um pouco mais abaixo na lista, enquanto apenas Comores se encontra na metade inferior. É digno de nota que na África, o tamanho da população pode não ser uma característica determinante; muitos países da África têm populações pequenas, mas têm uma história de governança problemática e autoritarismo. Parece haver algo único em ser pequeno e ser uma ilha ou ilhas, que confere um efeito político positivo.⁴³

41 Corbett, J. (2015) ‘Democracy in the Pacific Islands: Comparable Practices, Contested Meanings’, *Democratic Theory*, 2.

42 Srebrnik, H. (2004) ‘Small Island Nations and Democratic Values’, *World Development*, 32.

43 Sanches, E. R., Cheeseman, N., Veenendaal, W. et al. (2022) ‘African exceptions: democratic development in small island states’. *J Int Relat Dev*, 25.

Embora ser pequeno possa ser bonito para alguns, outros argumentam que traz desvantagens distintas para SIDS em alcançar o que nos referimos vagamente como “instituições de responsabilidade”. Mais uma vez, existem vários desafios para SIDS:

» **Conflitos de interesse:** Impor uma separação rígida entre o cargo público e os interesses privados é, compreensivelmente, muito difícil em estados muito pequenos. Consequentemente, o clientelismo – onde a autoridade dos líderes se baseia em fornecer presentes e favores às pessoas de forma discricionária – é um atributo usado para descrever a política de pequenas ilhas com certa frequência, inclusive pelos principais cientistas políticos do SIDS.⁴⁴ Uma pesquisa recente feita por *Transparency International in Pacific SIDS*, com base em entrevistas com mais de 6.000 pessoas de 10 Estados e territórios insulares, revelou que o favoritismo do governo e os conflitos de interesse eram comuns no setor privado, particularmente em relação a contratos de compras governamentais e emissão de licenças em setores de alto valor, como mineração, turismo e pesca.

Isso obviamente tem um impacto direto na transparência. Intuitivamente, as sociedades clientelistas não conduzem ao governo aberto, porque os patronos podem ter relutância em convidar o escrutínio público sobre como as receitas são usadas, por exemplo, ou como os recursos são distribuídos. No nosso *tBrief No. 5*, discutimos a importância de diferentes tipos de corrupção na pesca e como eles aumentam a necessidade de transparência. Evidências anedóticas, e vários “escândalos”, sugerem que a corrupção, provavelmente, será um obstáculo significativo em alguns SIDS. No mínimo, pode significar que as reformas de transparência enfrentam resistência por parte daqueles em posições de autoridade.

Esse desafio pode ser ainda maior se considerarmos que, nos SIDS, a característica de política clientelista funciona em conjunto com o papel desproporcional do funcionalismo público na geração de empregos.⁴⁵ Esse efeito combinado, também pode contribuir para uma demanda moderada por auditorias e análises de desempenho do governo público. O Banco Asiático de Desenvolvimento, por meio de seu trabalho de assistência aos Estados das Ilhas do Pacífico em governança e responsabilidade, descreve as pequenas e densas populações encontradas nos SIDS, como sendo um desafio particular para a realização de auditorias independentes do setor público, porque *“auditing in tight-knit social and cultural environments involves significant political, professional and personal pressures”*. Da mesma forma, em um estudo sobre os SIDS produzido pelo PNUD, no qual se explorou a desconcertante complexidade de sua dinâmica política, os autores afirmaram que:

A natureza de “aldeia” dos pequenos Estados muitas vezes cria extensa personalização da política. O processo racional-legal de instituições efetivas que aplicam leis e processos com imparcialidade é prejudicado... a capacidade e a vontade política de agir contra as irregularidades são prejudicadas quando todos os funcionários são parentes ou bem familiarizados com todos na ilha.⁴⁶

44 Veenendaal, W. and Corbett, J. (2020) ‘Clientelism in small states: how smallness influences patron–client networks in the Caribbean and the Pacific’, *Democratization* 27.

45 Everest-Phillips, M. and Henry, S. (2018). ‘Public Administration in Small and Very Small States: How does Smallness Affect Governance?’, *International Journal of Civil Service Reform and Practice*, 3.

46 Everest-Phillips, M. (2014) *‘Small, so simple? Complexity in Small Island Developing States’*, UNDP Global Centre for Public Service Excellence, Singapore.

Esta caracterização da vida política nos SIDS sugere que as tentativas de aumentar a transparência nas pescas podem enfrentar resistência – ou, se alcançadas, o aumento da transparência pode não gerar debates críticos sobre a gestão das pescas ou a coerência das políticas na medida que se espera. Logicamente, essas podem ser dificuldades que ocorrem em maior grau em SIDS que são particularmente pequenos e insulares, e menos nos estados maiores e mais diversos.

Essa teoria acrescenta peso a uma crença central mantida pela FiTI. A abordagem da transparência deve evitar enfatizar a ideia conflituosa de nomear e envergonhar (e combater a corrupção), que às vezes parece ser o foco das agendas internacionais de transparência. Em vez disso, a defesa internacional da transparência na pesca deve enfatizar outros temas, ao enquadrar o valor do acesso público à informação, como pesca equitativa, segurança alimentar e construção de resiliência para as comunidades pesqueiras, diante da crise climática. Isso parece particularmente importante nos SIDS caracterizados por pequenas sociedades hiperpersonalizadas, onde o governo desempenha um papel político e social tão dominante.

» **sociedades desiguais:** Já notadas acima, são as tendências preocupantes de desigualdade nos SIDS. As consequências disso para a democracia deliberativa são importantes. Uma teoria, embora com evidências contestadas, é que sociedades mais desiguais tendem a ser menos democráticas do que as mais igualitárias. O problema tem uma dimensão específica para a gestão pesqueira, pois dentro do ambiente competitivo de acesso aos recursos marinhos nos SIDS, os pescadores estão entre os grupos mais pobres da sociedade.

Os altos níveis de desigualdade de gênero nos SIDS, também são um impedimento potencialmente sério para a democracia deliberativa e a eficácia das reformas para a transparência. A falta de voz política das mulheres observada nos SIDS, destaca a necessidade crítica da transparência nas informações sobre seu papel no setor pesqueiro, ao mesmo tempo em que promove suas vozes nos fóruns de tomada de decisão.

Na região do Pacífico, há sinais promissores de melhorias, como os esforços das mulheres no ramo das pesca em Fiji, lançada em 2016.⁴⁷ A maior consciencialização sobre a necessidade do empoderamento das mulheres no setor pesqueiro, também levou a várias iniciativas regionais, como as mulheres nos boletins pesqueiros publicados pela Secretaria da *Pacific Community* e da *Pacific-European Union Marine Partnership*, que tem um programa dedicado à integração de gênero e direitos humanos no setor pesqueiro. Este último, produziu recentemente um relatório nos Estados Federados da Micronésia, que demonstrou que as mulheres desempenham um papel muito maior na pesca do que o revelado pelo governo, com as mulheres descarregando mais de 50 por cento da pesca. No entanto, apesar de alguns progressos positivos, um estudo aprofundado sobre as práticas atuais nas Ilhas do Pacífico descreve problemas substanciais de exclusão de mulheres em todos os países e como os projetos muitas vezes visam “alcançar” as mulheres, mas não as empoderar ou beneficiá-las.⁴⁸

47 Para mais informações, ver [Women in Fisheries Network – Fiji](#).

48 Sangeeta Mangubhai, S. and Lawless, S. (2021) '[Exploring gender inclusion in small-scale fisheries management and development in Melanesia](#)', Marine Policy, 123.



» **Engajamento dos Stakeholder:** A maioria dos SIDS não tem apenas pequenas populações para recrutar – para a prestação de serviços públicos, bem como para atividades não-governamentais. Eles também experimentam altos níveis de “fuga de cérebros”. Pesquisas anteriores (de 2013) sobre 32 SIDS, evidenciaram que, em média, metade de sua força de trabalho altamente qualificada emigra – com essa proporção subindo para mais de três quartos em vários estados.⁴⁹ Esta é uma taxa de emigração muito maior do que em outros países em desenvolvimento ou de renda média. Muitos de seus melhores cientistas e estatísticos da área marinha, bem como profissionais de TI, provavelmente estão trabalhando no exterior.

Além disso, as administrações governamentais nos SIDS que recebem vários programas de ajuda podem ficar sobrecarregadas. Como a OCDE descreve,

‘while many SIDS experience dependence on very few providers for the bulk of their concessional finance, they also display a long trail of small projects from multiple sources, which strains already stretched institutional resources’.

O fato de haver muito poucas ONGs e consultores profissionalizados nos SIDS, também significa que uma pequena minoria de pessoas depende da implementação do projeto. Este não é apenas um problema para a recolha de dados; torna-se também potencialmente problemático para iniciativas multissetoriais (como a FiTI), pois as mesmas pessoas são continuamente convocadas. Este fato pode criar fadiga e levantar preocupações sobre conflitos de interesse.

Além disso, o envolvimento regular dos stakeholders pode ser um esforço dispendioso, em particular nos SIDS com dispersão geográfica. Por exemplo, convocá-los para o processo de implementação da FiTI em Cabo Verde, requer a aquisição de passagens de barco, ou mesmo passagens aéreas, para vários participantes. Além disso, devido aos serviços de internet pouco estáveis, as reuniões online muitas vezes não são uma opção adequada para reuniões regulares.

49 de la Croix, D., Docquier, F., Schiff, M. (2014) *‘Brain Drain and Economic Performance in Small Island Developing States’*. In: Artal-Tur, A., Peri, G., Requena-Silvente, F. (eds) *The Socio-Economic Impact of Migration Flows*. Population Economics. Springer, Cham.



► **escrutínio da mídia:** Uma das ideias básicas em torno das reformas para a transparência, é que elas permitem um maior escrutínio da mídia sobre as ações e políticas do governo. Mas se a mídia for fraca, ou cooptada pelas elites políticas, esse caminho para a responsabilidade diminui. Uma mídia robusta e crítica é necessária para promover debates políticos nacionais informados sobre as pescas. Isso é particularmente importante, dado que a pesca parece propensa ao sensacionalismo, impulsionado por uma narrativa de crise.

Os problemas relacionados à liberdade e integridade da mídia são evidentes em muitos países, e não há evidências de que os SIDS tenham problemas mais extremos do que outros. Por exemplo, a classificação de países no mundo quanto à liberdade de imprensa e à segurança dos jornalistas, medida por *Reporters Without Borders (RWB)*, coloca vários SIDS – como Jamaica, Seychelles e Cabo Verde – acima de países como Austrália e Estados Unidos. No entanto, outras pesquisas indicam que a mídia em muitos SIDS não é particularmente forte e muitos provavelmente são piores nos critérios aos quais o RWB presta menos atenção.

Para muitos SIDS, o papel dominante do Estado na prestação de serviços, significa que as emissoras nacionais estatais fornecem a maior parte das reportagens locais. No entanto, vários estudos acadêmicos e relatórios de organizações como a *International Federation of Journalists (IFJ)* sublinham que a regulamentação que garante a independência das organizações públicas de mídia é fraca ou mal aplicada em muitos SIDS. Os perigos inevitáveis do controle político sobre a mídia nacional são amplificados, porque nos SIDS há tão poucas empresas de mídia independentes e as que existem têm níveis muito baixos de rentabilidade e remuneração de pessoal. Isso não é surpreendente, dados os fluxos limitados de receita de publicidade ou vendas de versões impressas em pequenos Estados, bem como a escassez de subsídios públicos para o jornalismo de investigação. As empresas de mídia independentes são, portanto, excessivamente dependentes de contratos governamentais e receitas de publicidade de um pequeno grupo de empresas, cujos proprietários também podem estar alinhados com os interesses dos partidos no poder.⁵⁰

50 Ver por exemplo, Wickham, P. W. (2018) 'Challenges to Media Freedom in the Caribbean Sub Region,' The Round Table, 107(2): 247–249.

A qualidade da mídia independente em muitos SIDS é, portanto, frequentemente descrita como pouco satisfatória, envolvendo muito conteúdo que é simplesmente “copiado e colado” da imprensa internacional. Pesquisadores do Australian Strategic Policy Institute chamaram a atenção para isso após o anúncio em 2022 dos “Parceiros no Pacífico Azul” pelos EUA, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Japão.⁵¹ Sua análise da mídia local no Pacífico argumentou que a maioria das notícias locais eram coberturas insípidas copiadas de sites de mídia estrangeira, apesar das questões geopolíticas óbvias que essa parceria multilateral levanta para os SIDS.

Em muitos SIDS, a independência da mídia privada está sendo ainda mais prejudicada por leis que tentam suprimir a liberdade da mídia, incluindo aquelas que expõem jornalistas a sanções por escreverem conteúdo crítico ao governo. Estes parecem estar crescendo em prevalência nos SIDS, mas por razões que são difíceis de entender. Em 2022, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a [Association of Caribbean Mediaworkers](#) emitiu um comunicado dizendo que

“o ambiente em que os jornalistas operam no Caribe está se tornando cada vez mais perigoso”.

Da mesma forma, em seu relatório de 2021 sobre liberdades de mídia em seis estados das ilhas do Pacífico, a FIJ alertou que as recentes leis draconianas que restringem as liberdades de mídia (ou seja, nas Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, Fiji e Nauru) estão prejudicando severamente o papel da mídia em manter os governos responsáveis.⁵² Por exemplo, o governo de Fiji foi alvo de críticas internacionais e nacionais sobre a Lei de Desenvolvimento da Indústria de mídia de 2018, que permite ao governo impor duras sanções e prisão para jornalistas que publiquem histórias na mídia consideradas contrárias aos interesses nacionais. Em 2019, uma reportagem aprofundada de jornalistas investigativos da Nova Zelândia sobre a destruição ambiental causada por um projeto de infraestrutura chinês na Ilha Malolo, em Fiji, descreveu a intimidação e interferência policial aos jornalistas locais, que, portanto, não puderam divulgar a matéria nos jornais locais.⁵³

No mesmo relatório, a FIJ observa que, em muitas ilhas do Pacífico, “a autocensura é generalizada, baseada em conceitos como ofender figuras poderosas, desencadear retaliação do governo, perda de receita ou perturbação da harmonia social”. Este último ponto é repetido em outros relatórios, indicando que os SIDS também podem experimentar normas culturais que inibem o conteúdo crítico da mídia. Em um artigo publicado pela ABC News para o Pacífico, um jornalista de Vanuatu observou que nas ilhas do Pacífico “há uma pressão social predominante para se conviver, ou seja, para manter a paz e a boa ordem, às vezes às custas da justiça”.⁵⁴

51 Johnson, B. and Dunne, J. (2022) [‘Australia, the US and their partners need to engage with local media in the Pacific’](#), 5th August, Australian Strategic Policy Institute.

52 International Federation of Journalists (2021) [‘A way forward: Pacific media consultation report 2021’](#).

53 Murphy, T. (2019) [‘That’s why you need journalism’](#), 13 April 2019, Newsroom.

54 Faa, M. (2022) [‘Press freedom under increasing threat in the Pacific, local journalists say’](#), 5 June 2022, ABC News

Conclusão

A transparência tem uma importância elevada para a gestão da pesca nos SIDS, e este tBrief aborda várias razões pelas quais o acesso público às informações sobre pesca deve ser melhorado nos SIDS. A importância de fazer isso está se intensificando com a crise climática, bem como com o crescente foco internacional no crescimento azul. Ao mesmo tempo, fazer observações sobre os desafios de governança enfrentados pelas pescas dos SIDS é desafiador, pois requer fazer generalizações sobre diversos e complexos Estados. No entanto, destacamos várias questões que podem atuar como barreiras às reformas de transparência.

As vulnerabilidades económicas e sociais experimentadas pelos SIDS, que estão ocorrendo em paralelo com desastres climáticos catastróficos de frequência crescente, significam que esses Estados enfrentarão grandes dificuldades na geração de dados em várias facetas da gestão pesqueira. No entanto, a própria natureza da pesca nos SIDS põe a recolha de dados numa perspetiva assustadora: a rica biodiversidade marinha, combinada com a diversidade cultural, o afastamento das comunidades pesqueiras e a predominância da economia informal no setor pesqueiro. Deficiências de dados também podem refletir prioridades distorcidas, causando dados abundantes sobre o lucrativo setor industrial offshore, mas deixando a pesca costeira às vezes negligenciada.

Certas dinâmicas dentro dos SIDS também podem estar minando o potencial de implementação de reformas para a transparência e obtenção de ganhos na democracia deliberativa. Estes derivam de observações (embora contestadas) sobre a política económica distinta dos SIDS: suas populações pequenas e personalizadas, seus grandes setores públicos, uma tendência à política clientelista, uma forte dependência de doadores e fraquezas da mídia local. O problema das desigualdades nos SIDS também parece relevante quando se busca entender como a transparência pode apoiar grupos marginalizados, e particularmente mulheres, no setor pesqueiro.

Nenhum desses desafios é intransponível e não se aplicará a todos os SIDS de forma igual. Há também atributos positivos dos SIDS a serem apreciados. Por exemplo, a natureza hiperpersonalizada de suas sociedades poderia fornecer um terreno fértil para esforços para fortalecer a democracia deliberativa, mais do que em sociedades grandes e impessoais. A crescente frustração com a marginalização das mulheres no setor pesqueiro, significa que as mulheres podem ser líderes ideais na implementação de campanhas de governo aberto.

E o mais importante, não há outros grupos de países onde a necessidade de transparência seja tão óbvia, não apenas para seus cidadãos, mas para o bem comum global. Como disse Epili Hau'ofa, o papel dos grandes estados oceânicos na proteção e desenvolvimento do oceano é “nada menos que uma grande contribuição para o bem-estar da humanidade”.



tBrief anteriores:



tBrief Edição #1

TRANSPARENCY IN FISHERIES: Not as clear as it seems?



tBrief Edição #2

TRANSPARENCY OF FISHERIES TENURE: Incomplete, unreliable and misleading?



tBrief Edição #3

FISHING IN THE DARK: Transparency of beneficial ownership



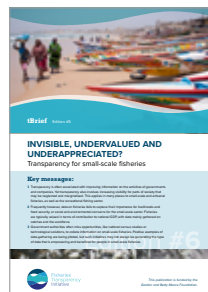
tBrief Edição #4

A 20-YEAR STRUGGLE: Transparency in subsidies to the fisheries sector



tBrief Edição #5

CORRUPTION IN FISHERIES: Transparency to the rescue?



tBrief Edição #6

INVISIBLE, UNDERVALUED AND UNDERAPPRECIATED? Transparency for small-scale fisheries



tBrief Edição #7

RESISTING THE URGE TO INDEX: The case against ranking fisheries transparency efforts



tBrief Edição #8

O TAMANHO IMPORTA? O desafio da transparência da pesca nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Os nossos tBriefs estão disponíveis em inglês, francês, espanhol e agora também em português em www.fiti.global/tbrief-series